

Os dilemas do governo na economia

MANUELA RIOS

Reducir o déficit via cortes nos gastos públicos e maior emissão de títulos do Tesouro ou mediante a elevação de impostos e maior emissão de moeda? Impor aos credores externos uma capitalização dos juros ou ater-se à ortodoxia do Fundo Monetário Internacional, forçando apenas o restabelecimento de metas de ajustamento econômico mais realistas?

Crescer com inflação ou baixar a inflação para crescer depois? Aplicar a lei de greve dos governos militares ou esperar por uma nova para conter as paralisações do trabalho? Utilizar os estoques de alimentos adquiridos pelo governo em programas de emergência ou jogá-los estrategicamente no mercado para deter a inflação?

Quando o ministro do Planejamento era Delfim Netto, dilemas como esses dificilmente chegariam a público. O "superministro" decidia e os colegas que discordassem se demitiam, ou eram dispensados. Quando o presidente eleito Tancredo Neves nomeou seu Ministério, entregando a Pasta da Fazenda a seu sobrinho Francisco Dornelles, então secretário da Receita Federal, e a do Planejamento ao economista do PMDB João Sayad, logo foram previstas divergências. Mas ninguém duvidou que o Planejamento ficaria com atribuições mais discretas, cabendo a Dornelles a estrela de "xerife" — e a resistência das esquerdas e do próprio PMDB a seu nome acabaram vencidas pela tese de que nada seria decidido sem passar antes pelo crivo de Tancredo. Ele se encarregaria de apagar os eventuais incêndios.

Mas o "xerife" ficou órfão no governo de José Sarney, os focos de divergência no ministério econômico propagaram-se e, se coube ao presidente controlar alguns curto-circuitos — como a desavença entre os ministros da Indústria e do Comércio e do Trabalho sobre a aplicação da Lei de Greve —, também ele se encarregou de provocar algumas fáscas. Seja levando a Granja do Torto economistas alheios ao governo para discutir a política econômica com seus ministros, seja convidando um ex-assessor do ministro Delfim Netto, Luiz Paulo Rosemberg, para ser seu assessor especial na área econômica.

DO CONVITE AO BOATO

Sarney teria-se encantado com as teses levadas ao Torto por Rosemberg e seu colega Ibrahim Eris, outro ex-assessor de Delfim, sobre a necessidade de reduzir as taxas de juros, acompanhadas por críticas ao que consideram exagerada colocação de títulos no *open market* por parte do Banco Central, a qual estimularia uma alta de juros. Assim, ironicamente, técnicos do governo anterior e economistas da antiga oposição acabaram encontrando-se na mesma trincheira. Baixar os juros para conter o déficit público tem sido uma das principais bandeiras do ministro do Planejamento, João Sayad, contra a qual, aliás, o ministro Francisco Dornelles vem ativando todo o poder de fogo de sua artilharia.

"A política monetária não é do Banco Central, é do ministro da Fazenda, e não vai ser alterada. Enquanto o déficit do setor público não for eliminado, o Banco Central continuará atuando no mercado de forma alguma vai imprimir níveis artificiais de taxas de juros", advertiu

Dornelles esta semana, respondendo só às críticas que vem recebendo na condução da política econômica, mas também aos insistentes boatos sobre a queda do diretor da Dívida Pública do Banco Central, José Júlio Senna, e do próprio presidente do banco, Antônio Carlos Lemgruber — especulações certamente favorecidas pelo convite de Sarney a Rosemberg.

DÉFICIT E DÍVIDA

O déficit público, que beira os Cr\$ 85 trilhões segundo cálculos da Fazenda, levou Dornelles ao Congresso, onde pediu apoio a algumas medidas severas para reduzi-lo e financiá-lo, entre elas um substancial corte nos gastos das estatais e metas monetárias contencionistas, em que um dos principais instrumentos é a colocação de títulos no mercado aberto. Mas o pedido não encontrou eco no gabinete de seu próprio colega, João Sayad, que preconiza uma política monetária mais expansiva — ou seja, maior emissão de moeda e oferta de crédito para baixar os juros —, além de elevação da carga tributária. Para um, o déficit se deve basicamente a exagerados despendos das estatais e uma baixa dos juros levaria ao aumento da inflação; para o outro, o problema é de natureza financeira: quanto mais elevados os juros, mais caro o financiamento da dívida pública e, portanto, maior o déficit.

Mas as divergências entre Dornelles e Sayad não se atêm à política interna e se cristalizam também na questão do financiamento da dívida externa. Embora o primeiro tenha sido nomeado pelo presidente Sarney como o delegado-chefe das negociações com o FMI e os credores, o segundo mantém suas teses de reivindicar a capitalização dos juros, diminuição de spreads e comissões sobre empréstimos e fixação de um limite para a transferência de recursos ao Exterior com base no superávit da balança comercial.

A capitalização dos juros é "colisa lúrica, de quem não sentou na mesa de negociações". "É a mesma coisa que jogar pôquer e fazer um *four* de ases contra quem tem um revôver. Não tenho o *four* de ases e o outro tem o revôver", argumenta Dornelles, que defende o realismo das bases e metas a serem acertadas na negociação.

"Romântica? Ela pode ser romântica se o banqueiro não quiser dar, mas vejo que é uma necessidade imperiosa e o Brasil tem de batalhar por isso", insiste Sayad. Divergências desse tipo teriam, inclusive, levado os bancos credores a advertir o governo brasileiro sobre as dificuldades de negociar a dívida em meio a posições tão conflitantes.

COMBATE À INFLAÇÃO

Como pano de fundo de tais conflitos, está a própria indefinição da estratégia de política econômica. Sayad que quer superar a recessão recente com altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, ainda que à custa de derrotas contra a inflação, ao passo que Dornelles prefere, primeiramente, um combate sistemático aos altos índices inflacionários para, depois, consolidar lentamente a recuperação da economia. E, na tentativa de conter os índices de preços, o próprio ministro da Agricultura, Pedro Simon, teve a sua formação política na oposição ao regime implantado em 1964. Tradicionalmente entre os setores mais à esquerda da oposição, Simon enfrenta hoje um grande desafio: conciliar na pasta que ocupa os interesses de produtores — que querem ganhar mais — com os interesses dos consumidores — que querem pagar menos —, em um país que atravessa grave crise econômica e carece de uma definição de política agrícola que ampare os choques desses interesses.

Por enquanto, a batuta do regente Sarney ainda não conseguiu afirmar a orquestra herdada do maestro Tancredo Neves. Na busca de um pacto que permita solucionar essas e outras divergências, de cunho econômico, político e social, o presidente José Sarney convoca ao Torto economistas, empresários e políticos. Na tentativa de manter a situação sob controle, nomeia assessores especiais. Mas o fato é que — enquanto o governo tateia em projetos duvidosos como o da reforma agrária e hesita até na definição dos índices de reajuste das prestações dos mutuários do BNH —, falta um consenso sobre as grandes diretrizes de política econômica.

cultura, Pedro Simon, acabou levando uma advertência da Secretaria de Abastecimento e Preços, hoje ligada à Fazenda: para a Seap, o ministro errou ao não liberar a comercialização dos estoques de produtos agrícolas — adquiridos graças à liberação de verbas especiais —, a fim de deter a alta de preços ocorrida em maio.

Simon, por sua vez, argumenta que os estoques se destinam a atender a programas sociais de alimentação dirigidos às classes de baixa renda, elaborados por Sayad. O atrito regrediu nos últimos dias, mas tende a se agravar sempre que voltarem a discussão os estoques da Companhia de Financiamento da Produção. Em outro ponto de divergência com a Fazenda, a retirada da política de crédito subsidiado para a agricultura, o ministério faz "contrapólo", como afirma o coordenador de assuntos econômicos Ivan Ribeiro: a equipe de Simon estuda uma forma de subsídio seletivo aos produtos agrícolas.

A BRIGA DAS GREVES

O ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, por sua vez, vem tentando debelar alguns focos de resistência à política de controle de preços. Ao participar de um almoço com mais de uma dezena de empresários, quinta-feira última, ele serviu como prato principal a defesa do controle do CIP, mas prometeu mudanças nessa estratégia para breve.

A clara atuação de Gusmão na defesa dos interesses da indústria e do comércio foi por ele mesmo admitida no primeiro confronto aberto entre os ministros do atual governo: quando o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, negou-se a aplicar a lei de greve, em meio à onda de paralisações de maio, Gusmão advertiu-o publicamente: "A lei é dura, mas deve ser cumprida". E logo após Pazzianotto apresentar anteprojeto de uma nova lei de greve, o ministro da Indústria e do Comércio não se furtou de propor modificações, como por exemplo a do item que institui oficialmente a figura do ministro do Trabalho como mediador entre as partes envolvidas nas greves e conflitos trabalhistas.

Já o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que venceu a grande polêmica sobre a divisão ou não do ministério antes mesmo de sua posse, tem passado ao largo de discussões e conflitos com colegas. No momento ele tenta apenas resolver divergências internas entre sua equipe.

Por enquanto, a batuta do regente Sarney ainda não conseguiu afirmar a orquestra herdada do maestro Tancredo Neves. Na busca de um pacto que permita solucionar essas e outras divergências, de cunho econômico, político e social, o presidente José Sarney convoca ao Torto economistas, empresários e políticos. Na tentativa de manter a situação sob controle, nomeia assessores especiais. Mas o fato é que — enquanto o governo tateia em projetos duvidosos como o da reforma agrária e hesita até na definição dos índices de reajuste das prestações dos mutuários do BNH —, falta um consenso sobre as grandes diretrizes de política econômica.

Andrea Sandro Calabi — pós-graduado na USP em Macroeconomia e Economia Internacional, PhD pela Universidade da Califórnia (EUA) — é secretário-geral da Seplan e como tal integra a equipe de 15 negociadores com a missão do FMI.

Paulo Nogueira Batista Júnior exerce o cargo de secretário especial para Assuntos Econômicos da Seplan. É o formulador da tese de que o País não pode continuar como exportador líquido de capitais para os países desenvolvidos e da busca do dinheiro novo junto aos bancos, ainda em 1985. Defende a interrupção dos pagamentos da dívida externa, se os bancos e o FMI não aceitarem uma proposta que favoreça o Brasil a ganhar fôlego para continuar crescendo.

Dificuldade no passo

Doutor pela universidade norte-americana de Yale, especializado em Organização Industrial, e também originário da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) das Universidades de São Paulo, o ministro do Planejamento, João Sayad, 40 anos, é um estruturalista com dificuldades em acertar o passo com a equipe do Banco Central e da Fazenda.

Henri Phillippe Reichstul, titular da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), considera "delicada" a situação financeira das 422 estatais federais, em função de seu endividamento externo. Afirma, por exemplo, que há necessidade premente de novos empréstimos externos (de US\$ 3 a 4 bilhões), para ajudar no financiamento do déficit, especialmente do setor energético.

Divergência ideológica

realizadas em convênio com a FGV.

Antes de assumir a Pasta da Indústria e do Comércio, Gusmão era secretário de Estado do governo de São Paulo, quando atuou com o ministro Almir Pazzianotto (que era secretário do Trabalho) na greve dos canavieiros do Oeste paulista. Graças as negociações de ambos, intervindo junto aos usineiros e canavieiros, a greve dos cortadores de cana chegou ao fim.

Atualmente, Roberto Gusmão adota uma posição contrária à intervenção de representantes do governo nas greves, o que causou as primeiras divergências no Ministério do presidente José Sarney. Em algumas de suas entrevistas, entre tanto, o ministro Gusmão procurou deixar claro que as divergências com Pazzianotto não eram pessoais, mas sim ideológicas. Em sua opinião, a divergência de idéia é algo comum entre ministros de pastas diferentes, além de ser um evidente sinal de democracia.

cultura, Pedro Simon, acabou levando uma advertência da Secretaria de Abastecimento e Preços, hoje ligada à Fazenda: para a Seap, o ministro errou ao não liberar a comercialização dos estoques de produtos agrícolas — adquiridos graças à liberação de verbas especiais —, a fim de deter a alta de preços ocorrida em maio.

Simon, por sua vez, argumenta

que os estoques se destinam a atender a programas sociais de alimentação dirigidos às classes de baixa renda, elaborados por Sayad.

O atrito regrediu nos últimos dias, mas tende a se agravar sempre que voltarem a discussão os estoques da Companhia de Financiamento da Produção. Em outro ponto de divergência com a Fazenda, a retirada da política de crédito subsidiado para a agricultura, o ministério faz "contrapólo", como afirma o coordenador de assuntos econômicos Ivan Ribeiro: a equipe de Simon estuda uma forma de subsídio seletivo aos produtos agrícolas.

A cultura, Pedro Simon, acabou levando uma advertência da Secretaria de Abastecimento e Preços, hoje ligada à Fazenda: para a Seap, o ministro errou ao não liberar a comercialização dos estoques de produtos agrícolas — adquiridos graças à liberação de verbas especiais —, a fim de deter a alta de preços ocorrida em maio.

Simon, por sua vez, argumenta

que os estoques se destinam a atender a programas sociais de alimentação dirigidos às classes de baixa renda, elaborados por Sayad.

O atrito regrediu nos últimos dias, mas tende a se agravar sempre que voltarem a discussão os estoques da Companhia de Financiamento da Produção. Em outro ponto de divergência com a Fazenda, a retirada da política de crédito subsidiado para a agricultura, o ministério faz "contrapólo", como afirma o coordenador de assuntos econômicos Ivan Ribeiro: a equipe de Simon estuda uma forma de subsídio seletivo aos produtos agrícolas.

A cultura, Pedro Simon, acabou levando uma advertência da Secretaria de Abastecimento e Preços, hoje ligada à Fazenda: para a Seap, o ministro errou ao não liberar a comercialização dos estoques de produtos agrícolas — adquiridos graças à liberação de verbas especiais —, a fim de deter a alta de preços ocorrida em maio.

Simon, por sua vez, argumenta

que os estoques se destinam a atender a programas sociais de alimentação dirigidos às classes de baixa renda, elaborados por Sayad.

O atrito regrediu nos últimos dias, mas tende a se agravar sempre que voltarem a discussão os estoques da Companhia de Financiamento da Produção. Em outro ponto de divergência com a Fazenda, a retirada da política de crédito subsidiado para a agricultura, o ministério faz "contrapólo", como afirma o coordenador de assuntos econômicos Ivan Ribeiro: a equipe de Simon estuda uma forma de subsídio seletivo aos produtos agrícolas.

A cultura, Pedro Simon, acabou levando uma advertência da Secretaria de Abastecimento e Preços, hoje ligada à Fazenda: para a Seap, o ministro errou ao não liberar a comercialização dos estoques de produtos agrícolas — adquiridos graças à liberação de verbas especiais —, a fim de deter a alta de preços ocorrida em maio.

Simon, por sua vez, argumenta

que os estoques se destinam a atender a programas sociais de alimentação dirigidos às classes de baixa renda, elaborados por Sayad.

O atrito regrediu nos últimos dias, mas tende a se agravar sempre que voltarem a discussão os estoques da Companhia de Financiamento da Produção. Em outro ponto de divergência com a Fazenda, a retirada da política de crédito subsidiado para a agricultura, o ministério faz "contrapólo", como afirma o coordenador de assuntos econômicos Ivan Ribeiro: a equipe de Simon estuda uma forma de subsídio seletivo aos produtos agrícolas.

A cultura, Pedro Simon, acabou levando uma advertência da Secretaria de Abastecimento e Preços, hoje ligada à Fazenda: para a Seap, o ministro errou ao não liberar a comercialização dos estoques de produtos agrícolas — adquiridos graças à liberação de verbas especiais —, a fim de deter a alta de preços ocorrida em maio.

Simon, por sua vez, argumenta

que os estoques se destinam a atender a programas sociais de alimentação dirigidos às classes de baixa renda, elaborados por Sayad.

O atrito regrediu nos últimos dias, mas tende a se agravar sempre que voltarem a discussão os estoques da Companhia de Financiamento da Produção. Em outro ponto de divergência com a Fazenda, a retirada da política de crédito subsidiado para a agricultura, o ministério faz "contrapólo", como afirma o coordenador de assuntos econômicos Ivan Ribeiro: a equipe de Simon estuda uma forma de subsídio seletivo aos produtos agrícolas.

A cultura, Pedro Simon, acabou levando uma advertência da Secretaria de Abastecimento e Preços, hoje ligada à Fazenda: para a Seap, o ministro errou ao não liberar a comercialização dos estoques de produtos agrícolas — adquiridos graças à liberação de verbas especiais —, a fim de deter a alta de preços ocorrida em maio.

Simon, por sua vez, argumenta

que os estoques se destinam a atender a programas sociais de alimentação dirigidos às classes de baixa renda, elaborados por Sayad.

O atrito regrediu nos últimos dias, mas tende a se agravar sempre que voltarem a discussão os estoques da Companhia de Financiamento da Produção. Em outro ponto de divergência com a Fazenda, a retirada da política de crédito subsidiado para a agricultura, o ministério faz "contrapólo", como afirma o coordenador de assuntos econômicos Ivan Ribeiro: a equipe de Simon estuda uma forma de subsídio seletivo aos produtos agrícolas.

A cultura, Pedro Simon, acabou levando uma advertência da Secretaria de Abastecimento e Preços, hoje ligada à Fazenda: para a Seap, o ministro errou ao não liberar a comercialização dos estoques de produtos agrícolas — adquiridos graças à liberação de verbas especiais —, a fim de deter a alta de preços ocorrida em maio.

Simon, por sua vez, argumenta

que os estoques se destinam a atender a programas sociais de alimentação dirigidos às classes de baixa renda, elaborados por Sayad.

O atrito regrediu nos últimos dias, mas tende a se agravar sempre que voltarem a discussão os estoques da Companhia de Financiamento da Produção. Em outro ponto de divergência com a Fazenda, a retirada da política de crédito subsidiado para a agricultura, o ministério faz "contrapólo", como afirma o coordenador de assuntos econômicos Ivan Ribeiro: a equipe de Simon estuda uma forma de subsídio seletivo aos produtos agrícolas.

A cultura, Pedro Simon, acabou levando uma advertência da Secretaria de Abastecimento e Preços, hoje ligada à Fazenda: para a Seap, o ministro errou ao não liberar a comercialização dos estoques de produtos agrícolas — adquiridos graças à liberação de verbas especiais —, a fim de deter a alta de preços ocorrida em maio.

Simon, por sua vez, argumenta

que os estoques se destinam a atender a programas sociais de alimentação dirigidos às classes de baixa renda, elaborados por Sayad.

O atrito regrediu nos últimos dias, mas tende a se agravar sempre que voltarem a discussão os estoques da Companhia de Financiamento da Produção. Em outro ponto de divergência com a Fazenda, a retirada da política de crédito subsidiado para a agricultura, o ministério faz "contrapólo", como afirma o coordenador de assuntos econômicos Ivan Ribeiro: a equipe de Simon estuda uma forma de subsídio seletivo aos produtos agrícolas.

A cultura, Pedro Simon, acabou levando uma advertência da Secretaria de Abastecimento e Preços, hoje ligada à Fazenda: para a Seap, o ministro errou ao não liberar a comercialização dos estoques de produtos agrícolas — adquiridos graças à liberação de verbas especiais —, a fim de deter a alta de preços ocorrida em maio.</